



# INFORMAÇÃO CORRETA: UM BEM PRECIOSO

**P**esquisadores, professores ou extensionistas de nível médio ou superior, que atuam no ramo das ciências agrárias, tanto em instituições públicas como em empresas privadas, têm, respectivamente, a responsabilidade de gerar as informações, de formar cidadãos e de adaptar e passar aos produtores rurais o que lhes foi transmitido ou transferido.

Caso o produtor tenha desistido de atuar no meio rural, apesar do contato com as informações que poderiam mudar o destino sua vida, e decidido prosseguir com seus conceitos arraigados e determinados pela tradição, os segmentos da pesquisa, do ensino e da extensão estarão livres de qualquer sentimento de culpa.

Se o produtor tiver desistido de sua atividade no campo, seja ela qual for, este acontecimento poderá significar derrota para esses três segmentos, se o mesmo alegar que não foi alcançado pelos braços da informação gerada, ensinada e transferida.

Pode parecer estranho no mundo de hoje, com tantas ferramentas que nos ligam à informação, alguém que alegue desconhecimento. No entanto, a realidade encontrada no meio rural, em especial, entre os muitos produtores de leite que apresentam pouco volume, atesta essa tragédia.

No Brasil, estimativas indicam que a atividade leiteira é desempenhada por cerca de 1 milhão de produtores, que de alguma forma extraem leite de, no mínimo, uma matriz bovina. A difusão das informações, apesar das ferramentas disponíveis, parece ser ainda insuficiente para atingir esse oceano de pessoas espalhadas pelo País. Tome-se como exemplo a revista **Balde Branco**, a mais importante do setor leiteiro. Apesar de seus 51 anos de circulação ininterrupta, apresenta uma tiragem ao redor de 17 mil exemplares por edição. Em teoria, chega a menos de 2% dos produtores de leite brasileiros.

Levantamentos efetuados nas principais regiões produtoras de leite em 2010 mostraram a existência nas propriedades de menos de 25% de vacas em lactação no rebanho, quando em uma propriedade que se intitule produtora de leite este número deveria ser de 50% no mínimo. O problema se torna mais grave quando essa informação é comparada com o mesmo levantamento efetuado em 1971 por pesquisadores do Ipea-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que apontou número semelhante ao da pesquisa efetuada há cinco anos. Isto significa que num intervalo de quase 40 anos entre os dois levantamentos, nada foi alterado quanto a esse índice, o que caracteriza as propriedades leiteiras brasileiras como de cria, não como de unidades produtoras de leite.

Todos os anos são 'despejados' no mercado de trabalho, milhares de profissionais formados em ciências agrárias, tanto de nível médio (técnicos em agropecuária e técnicos agrícolas) como de

nível superior (agrônomos, veterinários e zootecnistas). Mesmo considerando que uma pequena parcela desse montante de graduados se dedicou à bovinocultura leiteira, esses profissionais já deveriam ter conseguido alterar esse cenário, o que, de fato, não aconteceu. A formação, ao que parece, precisa ser revista.

É frustrante escutar de um ex-produtor de leite a frase: "Se eu tivesse a oportunidade de saber que era possível mudar minha realidade sem precisar de dinheiro, mas somente de disposição e trabalho corretamente orientado, eu não teria vendido meu rebanho". A culpa, nesse caso, deve ser distribuída entre todos os elos: pesquisadores, professores, extensionistas, cooperativas, laticínios, indústrias, prefeituras, governos estaduais e governo federal. O que deve ser feito nessas ocasiões, é, simplesmente, pedir perdão pela informação ter chegado tarde demais a esses produtores.

Como fazer, então, para que a informação e, consequentemente, a oportunidade de escolha de um futuro melhor seja oferecida a todos? Esse é o grande desafio!

Em relação à extensão rural, esperar que empresas compradoras de leite, prefeituras, governos estaduais ou governo federal contratem legiões de profissionais em ciências agrárias galgados à condição de extensionistas de uma hora para outra é inócuo, por dois motivos: primeiro, não há recursos para essas contratações; segundo, não se forma um extensionista por decreto. É preciso ter conhecimento e talento. É necessário gostar de pessoas, se deixar envolver pela situação de cada propriedade, sentindo os mesmos sentimentos da cada família. É preciso doar-se. Ser extensionista é quase um sacerdócio com a missão de recuperar almas perdidas no vale da ignorância.

Uma das possibilidades de solução para o segmento da extensão rural pode estar na terceirização. Após o profissional autônomo de ciências agrárias, com o perfil requerido, ter passado por um processo de qualificação, deverá ser remunerado pelos produtores via desconto na folha de pagamento do leite efetuado por cooperativa ou laticínio. Assim sendo, essas empresas reduzirão os custos inerentes à contratação de pessoal; o profissional autônomo, além de ter sua remuneração garantida sem o constrangimento de mensalmente lembrar o produtor que ele precisa pagá-lo, estará livre para trabalhar com as empresas que desejar. E o produtor contará com uma assistência de resultados, contínua e por muitos anos. ■

NOTA: A Fazenda Figueira, de Londrina-PR, pertencente à Fealq-Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, invadida por integrantes do MST-Movimento dos Sem Terra desde 17 de agosto de 2015, foi desocupada em 10 de outubro de 2015. A fazenda Capão do Cipó, em Castro-PR, da Fundação ABC, também de pesquisa, invadida em 24 de agosto de 2015, infelizmente, ainda (até 13/10/2015) continua ocupada. Os dois fatos foram citados neste espaço na edição de outubro.

Artur Chinelato de Camargo é engenheiro agrônomo, pesquisador da Empresa Pecuária Sudeste, de São Carlos-SP, e membro do conselho editorial de **Balde Branco**.

**BALDE  
BRANCO**

#### Conselho editorial

Vidal Pedroso de Faria,  
Artur Chinelato de Camargo,  
Paulo do Carmo Martins,  
Tadashi Fujimori e  
Nelson Rentero

#### Editor

Nelson Rentero (Reg. MTb 12.839)  
rentero@uol.com.br

#### Diagramação e arte

Casa da Arte  
cdadesign.com.br

#### Colaboradores

Edson Lemos, Lurdes Guerra,  
Luiz H. Pitombo,  
João Antônio dos Santos,  
Maurício Palma Nogueira,  
Denise Bueno,  
Lilian Bahia,  
Rafael Ribeiro,  
Rosângela Zoccal,  
Miro Negrini, André Figueiredo,  
Roberta Mara Züge,  
Patrícia Maia, Pêrsio S. D'Oliveira,  
Letícia S. D'Oliveira,  
Jackson Silva e Oliveira,  
Marcos A. Bedin e  
Coriolano Xavier

#### Executiva de Negócios

Marianna Correa -  
marianna.correa@terra.com.br  
(11) 2081-2163 e (11) 9-9975-6429

#### Assinaturas:

baldebranco@baldebranco.com.br  
(11) 2081-3045 e 0800 7715181 (ligação  
gratuita) – Fax: (11) 2081-3144  
Talita Bueno - talita.bueno@baldebranco.com.br  
Paula Nocetti - paula.nocetti@baldebranco.com.br

#### Coordenação Administrativa:

Cristhiane Melo -  
cristhiane.melo@baldebranco.com.br  
(11) 2081- 2579.



**Balde Branco**, consciente de sua responsabilidade ambiental e social, utiliza tinta vegetal na impressão desta edição.

#### Impressão

Log & Print Gráfica e Logística S.A.  
Revista produzida com sistema CTP

Edição: 17.000 exemplares

Assinatura anual: R\$ 105,00  
Exemplar atrasado: R\$ 10,50

- Autorizamos a reprodução total ou parcial de nossos artigos, desde que mencionada a fonte.

Redação, administração,  
publicidade e assinaturas:  
Rua Parque Domingos Luis, 126 – São Paulo,  
SP – CEP: 02043-080 – telefones: (11) 2081-  
3045 / 2081-2163 / 2081-2579 – fax: (11)  
2081-3144.

- Os conceitos emitidos nos artigos assinados ou nos anúncios de publicidade são inteiramente de responsabilidade de seus autores, não traduzindo necessariamente a opinião da revista.

**Balde Branco** é uma publicação registrada no INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob nº 006333770 de 106/86 e na Lei de Imprensa (6º Ofício) sob nº 20963 de 12.01.90.



facebook.com/revistabaldebranco